

**Zero Hora – 27/07/2012**

### **Conta pode ficar 10% mais barata**

Extinção de encargos e tributos que pesam no valor da tarifa beneficiaria consumidores e diminuiria despesas das indústrias

Se não ficar na promessa, a conta de luz dos brasileiros poderá ficar pelo menos 10% mais barata. O alívio no bolso poderá vir da intenção anunciada ontem pelo governo federal de encaminhar, em até 30 dias, medida provisória para renovar as concessões do setor elétrico e eliminar encargos que deixam mais cara a fatura dos consumidores.

Um levantamento do **Instituto Acende Brasil** mostra que os encargos setoriais representam quase 8% do valor da conta de luz. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, adiantou ontem que o objetivo é acabar com as cobranças de Consumo de Combustíveis (CCC) e de Desenvolvimento Energético (CDE), além da Reserva Global de Reversão (RGR) e, possivelmente, do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa), já extinto. Juntos, só os três primeiros encargos - de um total de 14 em vigor- equivalem a 6,5% do total da fatura.

Por outro lado, a renovação das concessões poderia diminuir as tarifas de geração das usinas mais antigas que já recuperaram o investimento. As medidas beneficiariam a indústria, que reclama da perda de competitividade devido ao alto custo da energia em comparação a outros países, e os consumidores.

- Vejo com alegria o fato de que, pela primeira vez em muitos anos, inverteu-se a lógica de aumentar os impostos que tem feito parte da história do setor elétrico - diz **Claudio Sales**, presidente do **Acende Brasil**, centro de estudos do setor elétrico que há anos cobra a redução da carga tributária na conta de luz.

Energia chega a representar 65% do custo de produção na indústria

Da perspectiva das indústrias, o aceno do governo federal significa a possibilidade de produzir mais barato. De acordo com a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), o preço da energia para produção no Brasil é o segundo maior do mundo, atrás apenas da Itália. As fábricas desembolsam, em média, US\$ 180 por megawatt hora. Metade desse valor é representada por encargos e impostos federais e estaduais.

- Indústrias de plástico ou componentes metalmeccânicos têm uso intensivo de energia, que pode chegar a 65% dos custos de produção. Com tributos altos, seus produtos ficam mais caros e menos competitivos - explica Paulo Ludmer, professor de Política Energética da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e ex-diretor executivo da Abrace.

Mais cético é o presidente do conselho de consumidores da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Leodomar da Rosa Duarte.

- Torço para que seja verdade, mas não confio. Quanto mais baixar o custo da energia, melhor, mas não sei se vai ser tudo isso. Este é um ano eleitoral - pondera Duarte.

Redução de receita exigirá contrapartida

O ânimo trazido pela notícia de que o preço da energia deverá cair vem acompanhado de dúvidas quanto às saídas para compensar a perda de arrecadação. Com renúncia fiscal estimada pelo Instituto Acende Brasil em R\$ 5 bilhões ao ano, o governo teria de recorrer a outras receitas para manter programas como o Luz Para Todos, subsidiado com recursos de um dos encargos, o CDE.

Para Gabriel Leal de Barros, especialista em finanças públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o governo tem duas formas de compensar a renúncia fiscal. Um dos caminhos seria via dividendos de empresas estatais, como Petrobras e Banco do Brasil. A outra alternativa seria uma alteração na programação financeira do orçamento, postergando despesas com a rubrica de restos a pagar, onde há margem de manobra.

- Mas isso seria ruim, porque impactaria o investimento. Creio que o governo vai utilizar um pouco das duas medidas - avalia Barros.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse que os programas sustentados pelos encargos serão assumidos pelo Tesouro. No entanto, a arrecadação do governo federal vem caindo, e por consequência, as condições de investimento: em junho, a arrecadação da Receita Federal foi 6,5% menor do que no mesmo mês do ano passado, o que é atribuído pelo governo à redução da atividade industrial e aos cortes de impostos neste ano.

Há ainda no governo uma discussão para diminuir o peso de tributos federais como PIS e Cofins na conta de luz, além da negociação com os Estados sobre a possibilidade de redução de ICMS sobre a energia. No entanto, a relevância da arrecadação com energia, estimada em R\$ 50 bilhões ao ano para governos federal e estadual, pode dificultar cortes tributários mais ousados.

O governo gaúcho, por exemplo, avisa que só cogitará cortar o ICMS se houver renegociação das dívidas com a União.

- Para a indústria, seria muito importante a redução de tributos, mas é preciso saber como o governo compensará a perda de receita - afirma Carlos Faria, coordenador do Grupo de Energia da Federação das Indústrias do Estado (Fiergs).

CAIO CIGANA E ERIK FARINA